



Ironita A. Policarpo Machado | Gizele Zanotto (Org.)

BENS CULTURAIS

DA PESQUISA À EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL

 **UPF**[®]
Universidade
de Passo Fundo | **EDITORA**





UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza

Reitor

Rosani Sgari

Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin

Vice-Reitora de Extensão e Assuntos
Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior

Vice-Reitor Administrativo

CORPO FUNCIONAL

Daniela Cardoso

Coordenadora de revisão

Cristina Azevedo da Silva

Revisora de textos

Ana Paula Pertile

Revisora de textos

Sirlete Regina da Silva

Coordenadora de design

Rubia Bedin Rizzi

Designer gráfico

Carlos Gabriel Scheleder

Auxiliar administrativo

UPF Editora

Karen Beltrame Becker Fritz

Editora

CONSELHO EDITORIAL

Altair Alberto Fávero (UPF)

Andrea Oltramari (UFRGS)

Alvaro Sanchez Bravo (UNIVERSIDAD DE SEVILLA)

Carlos Alberto Forcelini (UPF)

Carlos Ricardo Rossetto (UNIVALI)

Cesar Augusto Pires (UPF)

Cleci Teresinha Werner da Rosa (UPF)

Fernando Rosado Spilki (FEEVALE)

Gionara Tauchen (FURG)

Giovani Corralo (UPF)

Héctor Ruiz (UADEC)

Helen Treichel (UFFS)

Jaime Morelles Vázquez (UCOL)

José Otero G. (UAH)

Jurema Schons (UPF)

Karen Beltrame Becker Fritz (UPF)

Kenny Basso (IMED)

Leonardo José Gil Barcellos (UPF)

Luciane Maria Colla (UPF)

Paula Benetti (UPF)

Sandra Hartz (UFRGS)

Telmo Marcon (UPF)

Verner Luis Antoni (UPF)

Walter Nique (UFRGS)

Ironita A. Policarpo Machado | Gizele Zanotto (Org.)

BENS CULTURAIS

DA PESQUISA À EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL

2017



Copyright© dos autores

Daniela Cardoso
Cristina Azevedo da Silva
Ana Paula Pertile

Revisão de textos e revisão de emendas

Sirlete Regina da Silva
Rubia Bedin Rizzi

Projeto gráfico, diagramação e
criação da capa

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e as opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B474 Bens culturais [recurso eletrônico]: da pesquisa à educação patrimonial / Ironita A. Policarpo Machado, Gizele Zanotto (Org.). – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.
3.905 Kb ; PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso gratuito: <www.upf.br/editora>.

ISBN 978-85-7515-986-6 (E-book)

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Patrimônio histórico.
3. Patrimônio cultural. 4. Bens comuns. 5. Memória. I.
Machado, Ironita A. Policarpo, coord. II. Zanotto, Gizele,
coord.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

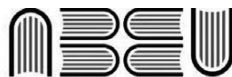
Fone/Fax: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

UPF Editora afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Introdução.....	7
Ativações em um patrimônio cultural do sul do Brasil: a musealização da Casa do Conselheiro Maciel (Pelotas/RS)	14
<i>Francisca Ferreira Michelon</i>	
<i>Nóris Mara Pacheco Martins Leal</i>	
Cemitérios do campo: mediações sensíveis entre vivos e mortos	35
<i>Mauro Dillmann</i>	
Paisagens reconstruídas, memória e história.....	71
<i>Marcos Gerhardt</i>	
As estâncias das reduções Guaranis – a Estância Santiago.....	83
<i>Pedro Ignácio Schmitz</i>	
<i>José Afonso de Vargas</i>	
<i>Jairo Henrique Rogge</i>	
O Patrimônio como metodologia extensionista: formação docente e educação comunitária	110
<i>Ironita A. Policarpo Machado</i>	
ANEXO 1	
Panorama de atividades do programa cultura e patrimônio	135
<i>Ironita A. Policarpo Machado</i>	
Sobre os autores	168

Paisagens reconstruídas, memória e história

Marcos Gerhardt

Introdução

Este texto discute a construção das paisagens, tomando por base um caso, a Posse do Cruz, situada no 5º distrito do município de Passo Fundo/RS e oficialmente dividida em 1918. Emprega, como metodologia, a interpretação de uma fonte, a *Caderneta de campo, mappa e relatório da medição e divisão da “Posse do Cruz”*, documento elaborado pelo engenheiro civil A. Santo Ribeiro, que é confrontado com a paisagem existente hoje. A constatação das mudanças e das permanências na paisagem do lugar analisado, no tempo, é apoiada nas referências teóricas e conceituais da história ambiental. A paisagem é tomada como uma construção e um patrimônio ambiental, resultado de uma combinação das características naturais com a ação humana.

A Posse do Cruz

A Posse do Cruz pertenceu a Manoel Xavier da Cruz e sua esposa, cujo nome desconhecemos. O local tinha 5.131.400 m² de superfície, ou seja, 513,14 hectares, deixados como herança. Pouco se sabe sobre a vida e o falecimento de Manoel, mas ele ocorreu antes de 1913, data da partilha dos bens (RIBEIRO, 1918). Não se pode confundi-lo com Manoel da Cruz Xavier, integrante da primeira câmara municipal de Passo Fundo, instalada em 1857 (COPIADOR OFICIAL, 1857). Os bens deixados

consistiram na Posse de terras de cultura, no 5º distrito de Passo Fundo, avaliadas em 6:150\$000 réis, e de uma fração de campo e mato, que valia 2:300\$000 réis. A segunda propriedade talvez fosse aquela situada no Fachinal Matto Castelhana, no 1º distrito do município, com pouco mais de 1.000 m² (cerca de 107 hectares), ao norte da primeira área (PLANTA, 1912). A Posse do Cruz situava-se, pela confrontação noroeste, na margem esquerda do rio Taquari, que integra a bacia hidrográfica Taquari-Antas. O lajeado Gritador marcou o limite sul da Posse. Alguns outros lajeados e linhas de divisa seca formavam sua área poligonal, representada na Figura 1. Hoje ela integra o território do município de Marau/RS, emancipado em 1954.

Figura 1 – Planta da Posse do Cruz



Fonte: RIBEIRO, A. Santo. Cadermeta de campo, mappa e relatório da medição e divisão da "Posse do Cruz". Passo Fundo, 1918. AHR UPF.

Manoel Xavier da Cruz e sua esposa tiveram seis herdeiros, mas Idalina Gonçalves da Silva não recebeu seu quinhão. A Tabela 1 detalha a divisão da Posse entre os aquinhoados, bem como a aquisição de lotes rurais por descendentes de imigrantes europeus que se estabeleceram no lugar como agricultores e colonizadores em um grande movimento de migração, isto é, de 1875 a 1914, cerca de “80 mil imigrantes deixaram o Vêneto (54%), a Lombardia (33%) e, em menor número, o Trentino-Alto Ádige e o Friúli-Venécia Júlia, pelo Rio Grande do Sul” (MAESTRI, 2005, p. 49). No caso do grande município de Passo Fundo, antes das emancipações de municípios próximos, a imigração e migração interna foram multiétnicas (NEUMANN, 2013).

Tabela 1 - Divisão da Posse do Cruz

Herdeiros e vendedores	Área (em m ²)	Compradores	Área vendida (em m ²)
Estácio Xavier da Cruz	2.311.424,53	Antonio Bernardi	193.600
		Angelo Pagnussat	1.210.000
		Alberto Zanatta	121.000
Francisca Salles Cruz	2.081.003,82	José P. Guimarães	242.000
		Caetano Orssato	726.000
Manoel Gonçalves da Silva	522.868,65	Luiz Lorencetti	363.000
Etelvina Baptista Cruz	108.051,50	Eugenio Laime	108.051
Ernestina Gonçalves Baptista	108.051,50	Eugenio Laime	108.051
	5.131.400,00		3.071.702

Fonte: RIBEIRO, A. Santo. *Caderneta de campo, mappa e relatório da medição e divisão da “Posse do Cruz”*. Passo Fundo, 1918. AHR UPF.

Como se pode calcular a partir da Tabela 1, há uma diferença de 2.062.698 m², ou seja, uma parte da Posse não estava vendida em 1918 e continuou pertencendo a alguns dos herdeiros, que permaneceram mais próximos à costa do rio Taquari. José P. Guimarães revendeu seu lote rural para Baldoino França. Angelo Pagnussat e Caetano Orssato permuta-

ram duas áreas (RIBEIRO, 1918). O trabalho do engenheiro agrimensor serviu, portanto, também para regularizar transações realizadas antes e informalmente, que estavam como uma posse em comum. Os documentos que redigiu informaram sobre a existência de um mapa anterior, de 1917, fornecido pela Secretaria de Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul, no qual a Posse tinha área de 5.131.400 m². A nova medição, contudo, chegou a 5.623.675 m², isto é, 492.275 m² a mais, que foram repartidos entre dois dos herdeiros (RIBEIRO, 1918).

A Posse do Cruz deveria se adequar à Lei de Terras de 1850 e ao seu regulamento de 1854, que definiram a compra como única forma válida para a aquisição de terras. A legislação anterior previa a possibilidade de legitimar a posse, ou seja, de regularizar posses existentes antes da Lei de Terras (BRASIL, 1850, 1854; ZARTH, 1997).

O trabalho e o olhar do agrimensor

O trabalho técnico do agrimensor consistiu em estabelecer marcos e estacas de referência, iniciando pelo lajeado Gritador (marco zero ou primordial), medir distâncias, levantar ângulos com o teodolito, anotar as informações obtidas em sua caderneta de campo, abrir picadas para permitir o acesso, calcular o perímetro e as áreas, marcar divisas, redigir o memorial e confeccionar a planta. Um trecho da descrição do próprio engenheiro, estabelecendo o perímetro do lote de Antonio Bernardi, ajuda a compreender: “Partindo do M₀ [marco zero], em direção ao M_I, até aos 495 ms, onde estabeleci o M_I, segui d’este marco com uma deflexão de 91’ ao E, rumo EO, por linha secca, com uma extensão de 455 [m] até o perímetro geral, onde estabeleci o M_{II}, d’este marco fui seguindo pelo perímetro geral até o ponto de partida” (RIBEIRO, 1918, não paginado).

O memorial e a caderneta contêm, ainda, a descrição de características da paisagem e do meio ambiente da época. “Os

mattos estão bastante devastados, havendo grandes extensões cobertas por capinsaes, capoeiras e algumas cobertas por grammados”, observou Ribeiro (1918), se referindo à Floresta Ombrófila Mista ou com araucárias ou, então, de pinheirais que predominavam nessa parte do planalto do Rio Grande do Sul, hoje incluídas no Bioma Mata Atlântica. “Não obstante”, escreveu ele, a Posse “contem ainda alguns pinheirais e madeira de lei que estão sendo explorados, em parte, pelo coproprietário Angelo Pagnussat, que para esse fim montou um engenho movido a vapor próximo do lageado da ‘Mortandade’, mas fóra do imóvel” (RIBEIRO, 1918, não paginado).

Alguns estudos sobre o repovoamento por imigrantes europeus vindos ao Brasil no século XIX, ou por seus descendentes, mostram que a extração do pinho, madeira da *Araucaria angustifolia*, e de outras espécies madeiráveis de alta densidade ou com valor comercial, bem como o extrativismo de erva-mate (*Ilex paraguariensis*, St. Hilaire), tiveram alguma importância nos projetos de colonização do sul do país, não se limitando à agricultura e à pequena pecuária (GERHARDT, 2009, 2011; TEDESCO, 2013). De acordo com os descendentes de Angelo Pagnussat, as atividades da serraria foram encerradas em 1935, quando não havia mais madeira de boa qualidade para beneficiar.

O engenheiro observou que “o terreno é bastante acidentado e muito pedregoso”, que as “Terras são boas para o cultivo do milho, feijão, parreiras, que ali são cultivados com bons resultados” e completou “são porém excellentes para o plantio de trigo, tendo dado optimos resultados as experiencias feitas” (RIBEIRO, 1918). Tais observações não têm, diretamente, relação com o trabalho técnico do agrimensor, mas evidenciam a visão de engenheiros e de autoridades ligados à Secretaria de Obras Públicas do governo estadual, orientados pela ideia de progresso. Quando registrou as águas presentes na Posse, além de listar o rio Taquari, o lageado do “Cruz”, a sanga do “Jica” ou do “Vica” e outros, apontou a existência de

“algumas vertentes sem nenhum valor mechanico, visto o pequeno volume de suas aguas” (RIBEIRO, 1918), ou seja, seu olhar buscou localizar cursos de água que poderiam fornecer força motriz para atividades econômicas.

Observou e registrou que moravam “no immovel sete famílias, sendo duas nacionaes e cinco de nacionalidade italiana” (RIBEIRO, 1918). Na planta confeccionada (Figura 1), representou as habitações, permitindo saber quem residia nos lotes rurais e onde. Não representou graficamente, contudo, a estrada que ligava a sede da vila Marau à cidade de Passo Fundo, citada no memorial, que hoje corresponde à rodovia RS 324. Listou, por fim, os confrontantes da Posse do Cruz, herdeiros de outras famílias com sobrenomes de origem luso-brasileira: Francisco Xavier de Castro, Rosa Marianna de Souza e Maria Izabel dos Santos.

Paisagem feita de camadas de memória

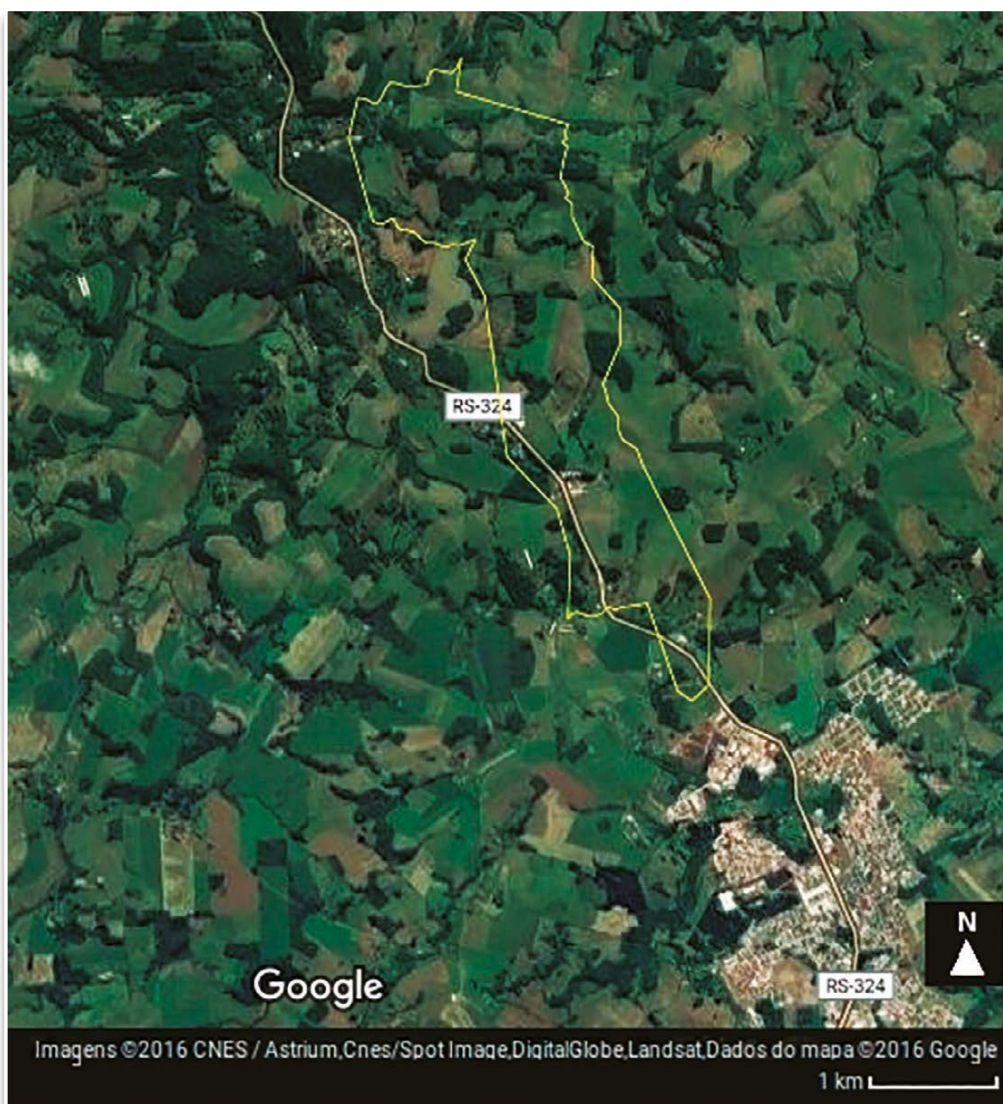
Para o geógrafo Milton Santos, “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Essa pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (1991, p. 61). Contudo, a “paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento” e, por isso, “Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (SANTOS, 1991, p. 66). São camadas de história vivida e de memórias que se acumulam e se combinam.

O lajeado da Mortandade e a localidade rural de São Luiz da Mortandade são indícios da toponímia para inferir que ali aconteceu um evento traumático, que carece de pesquisa histórica. Sabe-se que houve confrontos violentos entre

grupos do povo caingangue e outros grupos sociais em meados do século XIX (BERNARDI, 1992 apud AGUIRRE, 2007; BRINGMANN, 2010). Os caingangues pertencem ao grupo linguístico macro-jê. Tradicionalmente, habitavam diversos territórios do sudeste e sul do Brasil, inclusive a bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas (LAROQUE, 2015). Esses confrontos correspondem a uma camada de memória anterior a colonização por imigrantes, que data do início do século XX.

A Figura 2 representa outras duas camadas de memória, pois sobrepõe, por aproximação, a área da Posse do Cruz com uma imagem de satélite atual. A sobreposição das Figuras 1 e 2 não é exata, porque faltou o georreferenciamento.

Figura 2 – Sobreposição da área da Posse do Cruz com uma imagem de satélite atual

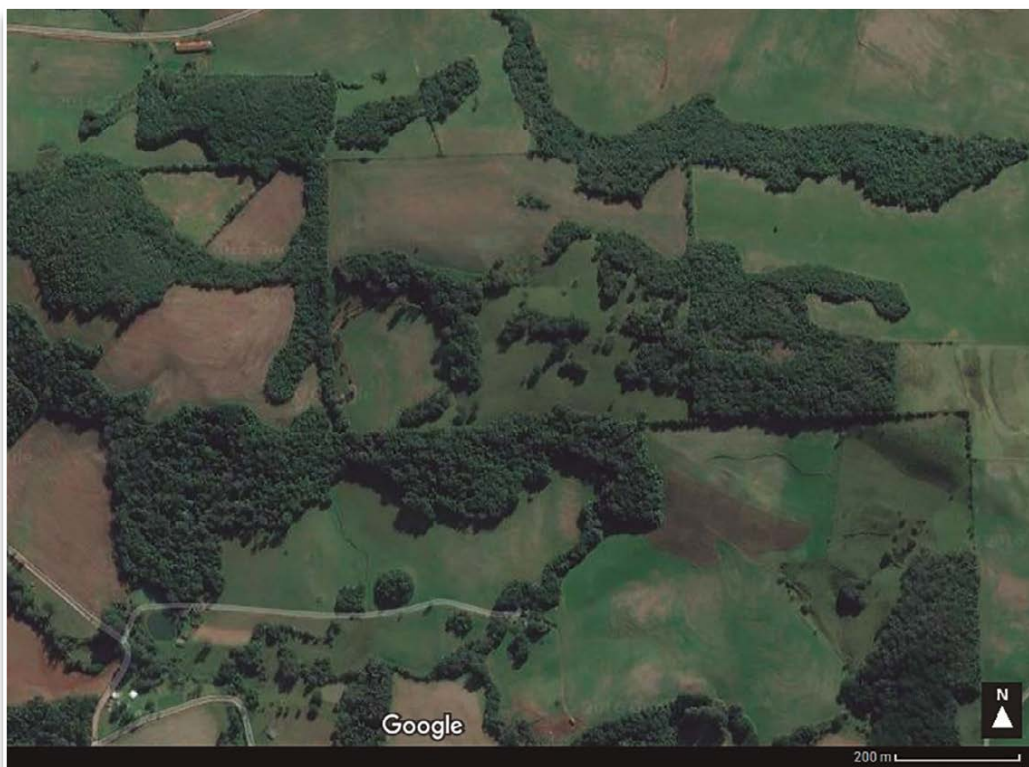


Fonte: Google Maps. 2016. Disponível em: <<http://www.google.com>> Acesso em: 14 nov. 2016. RIBEIRO, A. Santo. *Caderneta de campo, mappa e relatório da medição e divisão da "Posse do Cruz"*. Passo Fundo, 1918. AHR UPF.

A Floresta Ombrófila Mista, predominante no lugar estudado, havia sido significativamente alterada até 1918 pela ação indígena, pelo trabalho dos posseiros e pelo labor dos colonizadores imigrantes. A partir do início do século XX, contudo, o ritmo das transformações se acelerou, pois aumentou a população humana na área, sofisticaram-se os recursos técnicos para a extração e o beneficiamento da madeira, com destaque para o motor a vapor presente nas serrarias, e ampliou-se o mercado para a madeira beneficiada, amplamente utilizada na construção de residências e na instalação de ferrovias. De outro modo, o consumo de lenha em fogões domésticos, fornos de olarias e motores a vapor também aumentou consideravelmente.

A Figura 2 evidencia o intenso desmatamento no interior da Posse do Cruz no decorrer de cerca de 100 anos (1918-2016), e a transformação da área florestada em espaço para a agricultura, enfim, evidencia a construção de uma nova paisagem sobre a anterior. Restam, hoje, no lugar correspondente à Posse, alguns importantes fragmentos da floresta original (Figura 3), sob pressão da agricultura voltada para exportação, que objetiva ampliar a área cultivada. Outros poucos fragmentos florestais, visíveis na imagem, são monocultivos de *Eucalyptus* spp. A área urbana e industrial de Marau se aproxima, atualmente, do extremo sul do que foi a Posse.

Figura 3 – Fragmentos florestais



Fonte: Google Maps. 2016. Disponível em: <<http://www.google.com>> Acesso em: 14 nov. 2016.

A agricultura de subsistência e de abastecimento do mercado regional, que marcou os núcleos de colonização por imigrantes, ajudou a construir uma paisagem colonial caracterizada pelos cultivos agrícolas, pelos poteiros destinados à pequena pecuária, pelas residências e demais benfeitorias rurais e pelas capelas, escolas e cemitérios comunitários. Partes da floresta nativa foram mantidas, em muitos casos, como fornecedora de lenha ou como espaços reservados à exploração futura. A construção dessa paisagem colonial resultou de uma combinação complexa dos elementos naturais e do trabalho humano, na qual houve acréscimos e substituições. O historiador Sílvio de Souza Correa (2009) argumentou como a introdução de plantas vindas da África, no sul do Brasil, produziu uma africanização da paisagem. De forma semelhante, a opção pelo cultivo do milho, do trigo e da uva, entre outros, embora não constituíssem uma novidade, marcou a paisagem colonial.

Considerações finais

Este texto apresentou um restrito exercício de pesquisa histórica, com base em uma fonte principal, que foi interpretada a partir da abordagem da história ambiental e do conceito de paisagem. Evidenciou-se como o documento cartográfico, neste caso acompanhado do memorial e da caderneta de campo do agrimensor, é uma preciosa fonte para o historiador. A hidrografia, que pouco muda no decorrer do tempo, ajuda a fazer a conexão entre os mapas anteriores e os atuais.

Discutiu-se, ainda, que a paisagem pode ser resultado de uma construção constante, que não ignora as características naturais e inclui a ação humana. Nesse sentido, a paisagem é uma sobreposição de camadas de memória que estão combinadas. Os sucessivos despovoamentos e repovoamentos do espaço e a interação humana com o ambiente produzem paisagens complexas, que têm características da história vivida em vários tempos.

Por fim, o estudo de um recorte espacial tão específico, tão reduzido, ligado à história regional, permite observar particularidades únicas, que não podem ser compreendidas isoladamente, mas exigem vínculos com a história mais ampla.

Agradecimento

Agradeço a Vitorino Celso Pagnussat e a Adelar R. Pagnussat pelas informações compartilhadas.

Referências e fontes

- AGUIRRE, Eliane. *Sim ou Não: a luta política pela emancipação do município de Marau e as disputas pelo poder*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.
- BERNARDI, Francisco. *História de Marau: uma comunidade laboriosa*. Santa Maria: Palloti, 1992.
- BRASIL. *Decreto n. 1318 de 31 de janeiro de 1854: regulamenta a execução da Lei n. 601/1850*. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/decreto_1318.aspx. Acesso em: 10 ago. 2011.
- _____. *Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850: dispõe sobre as terras devolutas do Império*. 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 10 ago. 2011.
- BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- COPIADOR OFICIAL: Câmara Municipal da Vila de Passo Fundo. 1857-1867. AHR UPF.
- CORREA, Sílvio M. de Souza. A africanização da paisagem rural do Brasil meridional: uma intersecção da história agrária com a história ambiental. In: GARCIA, Graciela Bonassa (Org.). *Anais do II Encontro do GT História Agrária da Anpuh RS*. Porto Alegre: Anpuh RS, 2009. 1 cd-rom.
- GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, p. 73-95, 2011.
- _____. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.
- LAROQUE, Luis Fernando da Silva. Entre trilhos ferroviários, companhias colonizadoras e governantes: atuações indígenas cain-gangue em territórios do rio Uruguai. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane M. (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015, v. IV. p. 114-131.

- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2005.
- NEUMANN, Rosane Marcia. Lugares de memória dos (i)migrantes em Passo Fundo. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P. (Org.). *Momento patrimônio*. Passo Fundo: Aldeia Azul; Berthier, 2013. v. II, p. 27-43.
- PLANTA da Posse de Manoel Xavier da Cruz, situada no Fachinal Matto Castelhana, 1º distrito de Passo Fundo. 1912. Escala 1:5000. AHR UPF.
- RIBEIRO, A. Santo. *Caderneta de campo, mappa e relatório da medição e divisão da "Posse do Cruz"*. Passo Fundo, 1918. AHR UPF.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- TEDESCO, João Carlos. Memórias de comércio e de ofícios em Passo Fundo. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P. (Org.). *Momento patrimônio*. Passo Fundo: Aldeia Azul; Berthier, 2013. v. II, p. 63-80.
- ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.